Procedências e Implicações de um Dispositivo de Segurança

Origins and Implications of a Safety Device

Orígenes y Consecuencias de un Dispositivo de Seguridad

Ricardo Urquizas Campello

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Pesquisador do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol).

E-mail: campello.ricardo@gmail.com

Resumo

O artigo propõe uma investigação acerca das proveniências dos mecanismos de monitoramento eletrônico de presos nos Estados Unidos e a sua posterior implementação no Brasil. O enfoque volta-se para uso de tornozeleiras eletrônicas para controle dos chamados delinquentes no Brasil, por meio do Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas (SAC24). Pretende-se apontar os atuais deslocamentos nas técnicas punitivas, que estendem o controle penal para fora dos edifícios carcerários. Para isso, busca-se acompanhar algumas considerações analíticas de Michel Foucault a respeito dos dispositivos de segurança e as recentes transformações no exercício do poder de punir.

Palavras-chave: Monitoramento eletrônico; Genealogia do poder; Abolicionismo libertário

Abstract

The article proposes an investigation about the precedence of the mechanisms of electronic monitoring of people under justice control in the United States, and its further implementation in Brazil. The focus is the use of electronic anklets for the control of the so-called criminals in Brazil, by means of the 24 hours Custody Tracking System (SAC24). The current displacements of the punitive techniques are pointed showing how they extend the penal control to outside prisons wall. For this aim, some of Michel Foucault's analytic considerations about the security dispositive are exposed, as well as the recent transformations of exercise of the power of punish.

Key words: Electronic monitoring; Power genealogy; Libertarian abolitionism

Resumen

El artículo propone una investigación acerca de las proveniencias de los mecanismos de monitorización electrónica de prisioneros en Estado Unidos e su posterior implementación en Brasil. El enfoque vuelve a la utilización de tobilleras electrónicas para el control de los designados delincuentes en Brasil, por medio del Sistema de Acompanhamento de Custodia 24 horas (SAC24). Pretende-se apuntar las actuales transformaciones en las técnicas punitivas, que alargan el control penal para fuera de los edificios carcelarios. Para esto, se buscó acompañar algunas consideraciones analíticas de Michel Foucault a respecto de los dispositivos de seguridad e los recente cambios en el ejercicio del poder punir.

Palabras clave: Monitorización electrónica; Genealogía del poder; Abolicionismo libertário

As políticas punitivas no Brasil atravessaram reformulações e aperfeiçoamentos, lançando mão de aparatos tecnológicos para o controle de indivíduos tidos como perigosos e sinalizando para novas formas de governo e ordenamento político. Os deslocamentos operados em conjunto pelo Estado, o capital privado e a chamada sociedade civil, amplificam o controle penal para fora dos edifícios prisionais, investindo em monitoramentos por meio de sistemas eletrônicos e informatizados, amparados por novos direitos.

Propõe-se aqui um estudo sobre as renovadas tecnologias punitivas, utilizados para monitoramento e localização georreferenciada via satélite, comunicando polícias e gerenciando a circulação de indivíduos. Para isso, são pesquisadas as

proveniências dos braceletes e tornozeleiras eletrônicas nos EUA, vinculados à aplicação de medidas penais em meio aberto, e a sua posterior implementação no Brasil. O enfoque volta-se para o Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas (SAC24).

Pretende-se investigar como a crise das instituições disciplinares, analisadas por Michel Foucault, tem levado, atualmente, a novas táticas de exercício do poder, em um processo de transformação das estratégias de governo que já não se aplicam apenas no interior de espaços de confinamento. Observando as indicações de M. Foucault a respeito dos dispositivos de segurança, deve-se atentar aos deslocamentos das técnicas punitivas, que sugerem novos modos de governar e ser governado.

Algumas procedências

O final do século XX e o início do XXI marcam uma extraordinária expansão da aplicação de medidas penais a serem cumpridas fora dos estabelecimentos carcerários nos Estados Unidos – país que há anos concentra a maior população do planeta sob controle penal. Do começo da década de 1980 ao final da de 2000, o poder judiciário estadunidense ampliou significativamente a utilização das chamadas penas alternativas, frente à impossibilidade de aumento dos parques carcerários para a absorção do número vertiginosamente crescente de condenados.

Durante esse período, verifica-se uma intensificação dos serviços de *parole* (liberdade condicional) e *probation* (medida judicial a ser cumprida na comunidade) naquele país. Trata-se de medidas previstas pelo direito penal anglo-americano com vistas à supervisão de indivíduos condenados, ou com processos em andamento, aplicadas na “comunidade” em que vivem.

A palavra “*probation*” não é de simples tradução para a língua portuguesa. Em termos literais, significa “pôr à prova”. Como medida de execução penal, o instituto é uma das procedências jurídicas da suspensão condicional da pena, adotada pelo direito brasileiro. Entretanto, no regime de *probation*, a própria sentença condenató-

ria é suspensa, sendo o acusado entregue à supervisão de agentes (*probation officers*) incumbidos de promover o seu reajustamento em meio aberto. Ao passo que no ato de suspensão condicional da pena, o juiz mantém a sentença e o pronunciamento penal, permanecendo a ameaça de seu cumprimento, caso o condenado cometa alguma falta (Bruno, 1967, p. 171). De acordo com o Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol/PUC-SP), a medida de *probation* se dá pelo seguinte mecanismo jurídico: “a prova é produzida, o julgamento é suspenso e a sentença não chega a ser decretada (...), colocando o acusado em ‘período probatório’ que deve responder a um ‘plano de conduta em liberdade’” (Nu-Sol, 2009, p. 32).

No ano de 1981, conforme os dados do *Bureau of Justice Statistics* – agência ligada ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos – havia um total de 1,3 milhão de pessoas em *probation* ou *parole* no país. Em 1990, esse número já havia ultrapassado o dobro, chegando a 3 milhões de indivíduos. Dez anos depois, a população sob alguma das duas medidas atingiria a cifra de 4,5 milhões, e em 2010, se aproximaria dos 4,9 milhões de pessoas¹. Considerando o período de 1980 a 1997, a população em *probation* cresceu por volta de 191%, e 213% em *parole*. No ano de 1990, a quantidade de indivíduos sob controle penal exercido fora do estabelecimento carcerá-

rio, para cada 100 mil adultos, já chegava a 1.700. Em 2011, essa marca atingiria os 2.015 indivíduos, o que significa que, neste ano, 1 a cada 50 adultos nos Estados Unidos estava sob supervisão penal em meio aberto.

O aumento exorbitante na determinação de penas a serem cumpridas fora de edifícios carcerários não implicou, como se poderia supor, em um recuo nos índices de aprisionamento. Somando-se os encarceramentos às medidas aplicadas na comunidade, no ano de 2011, 1 em cada 34 adultos residentes nos Estados Unidos estava cumprindo algum tipo de pena.

Tradicionalmente, os indivíduos submetidos ao regime de *probation* são obrigados a apresentar-se periodicamente ao técnico, ou agente responsável pela administração da medida, a permitir visitas domiciliares regularmente e manter seus supervisores informados sobre seus locais de residência. Além disso, frequentemente devem prestar “serviços comunitários” em horários agendados, nos bairros em que vivem. Eram essas as ocasiões, durante a primeira metade do século XX, nas quais a localização física dos indivíduos em medida probatória era supervisionada pela justiça penal (Nellis, 2011, p. 152).

No final dos anos 1970, no entanto, alguns juristas apontaram para a “ineficácia terapêutica” da medida. Nesse período, a

Conferência de Chefes de *Probation* apresentou a possibilidade do monitoramento humano de “delinquentes” em seus bairros (Idem).

Já no início da década, utilizava-se, nos Estados Unidos, um método de “supervisão intensiva e individualizada” para jovens ditos infratores, denominado *tracking*. Tratava-se de uma fase intermediária de execução penal, entre a internação e a liberação, utilizada como alternativa às medidas domiciliares e à privação de liberdade. O *tracking* permitia a regulação dos horários e do deslocamento dos jovens, por meio de voluntários encarregados de conhecer seus itinerários e assegurar-se de que possuíam “horários diários estruturados”. Durante um período de 12 meses, os supervisores deveriam acompanhar os meninos e meninas por meio de visitas às suas casas, escolas e amigos, bem como fornecendo “apoio jurídico” e “aconselhamentos” (Lyttle, 1980; Nellis, 2011).

Dos EUA, a modalidade foi exportada para a Inglaterra atendendo às demandas dos assistentes sociais ingleses que exigiam “intervenções mais intensivas junto aos delinquentes juvenis” (Nellis, 2011, p. 151). A prática, nomeada também de “tutoria”, se desenvolveu naquele e em outros países como instrumento chave para os trabalhos das equipes direcionadas à administração de medidas punitivas para jovens considerados

infratores, modulando-se de acordo com os programas e realidades específicas de cada local.

Além dos métodos mencionados, as prisões domiciliares sempre constituíram importantes recursos de supervisão penal, determinando restrições de horários e áreas de circulação. A medida, no entanto, ganharia novos contornos com a possibilidade de uma modalidade eletrônica de sua execução.

As primeiras notícias a respeito do monitoramento eletrônico de indivíduos condenados judicialmente remetem aos doutores, Ralph e Robert Schwitzgebel – membros do *Science Committee on Psychological Experimentation* – da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Nos anos 1960, esses irmãos, professores de psicologia e biologia, elaboraram mecanismos para controlar “delinquentes” e “doentes mentais”. A idéia, no entanto, era utilizar artefatos de monitoramento também em pessoas com “problemas sociais”, não se restringindo apenas a condenados e pacientes.

Seu primeiro experimento foi realizado em 1964, na cidade de Boston, com 16 jovens reincidentes que cumpriam liberdade condicional. A experiência se repetiu em Saint-Louis, com o intuito de se reduzir os índices de suicídios entre jovens condenados (Burri, 2011, p. 477; Conte, 2010, p. 417).

A modalidade, no entanto, foi judicialmente implementada pela primeira vez no início dos anos 1980 pelo juiz estadunidense Jack Love, de Albuquerque, Novo México, que se inspirou em um episódio de história em quadrinhos do personagem Homem-Aranha, no qual o vilão da história depositava no corpo do super-herói um bracelete que permitia a localização deste onde estivesse. Entusiasmado com a idéia do cartunista, Jack Love convenceu o perito em engenharia eletrônica, Michael Goss, a criar um dispositivo que possibilitasse a supervisão do comportamento e a localização dos presos de sua jurisdição (Burri, p. 478).

Como lhe fora encomendado, Michael Goss desenvolveu o primeiro equipamento de supervisão consistente em um bloco de bateria e um transmissor capaz de emitir sinais de radiofrequência a um receptor.

No ano de 1983, Love sentenciou o primeiro indivíduo a utilizar o seu sistema. A experiência do juiz foi seguida por diversos estados e jurisdições estadunidenses, de forma que, em 1988, já havia 2.300 pessoas monitoradas eletronicamente pelo sistema judicial do país. Dez anos depois, esse número chegaria à marca de 95.000 (Bottini, 2008, p. 388).

Em 1986, a empresa *National Incarceration Monitor and Control Services* implementou 45 programas de monitoramento eletrônico em 26 estados dos EUA. Trata-se

da primeira empresa a produzir instalações eletrônicas para controlar condenados (Conte, 2010, p. 418).

A partir destas experiências, oriundas dos magistrados estadunidenses, em conjunto com técnicos, engenheiros e empresas voltadas ao controle do crime, a modalidade foi exportada, ainda na década de 1980, para países como Austrália, Canadá, Inglaterra, Portugal e Itália. Na Europa, o sistema passou a ser adotado, primeiramente, na Inglaterra (1989), Suécia (1994) e Holanda (1995), como modalidade de execução de medidas penais em meio aberto e de maneira muito similar à adotada pelos EUA (Conte, 2010, p. 419).

Hoje, o monitoramento eletrônico de presos se espalhou por todos os continentes do planeta, sendo adotado na África do Sul, Alemanha, Andorra, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Escócia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Hungria, Israel, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Tailândia, Taiwan, Singapura, Suécia e Suíça.

As chamadas tecnologias de segunda geração, mais utilizadas atualmente, dispõem do sistema de posicionamento global (*GPS*) desenvolvido pelo Departamento de Defesa estadunidense. O *GPS* permite o rastreamento preciso do portador do aparelho móvel, a qualquer momento, onde quer que

ele esteja. É formado por um conjunto de satélites, uma rede de estações terrestres e um equipamento portátil.

Nele, o dispositivo instalado junto ao corpo do indivíduo emite sinais a um transmissor colocado no Centro de Controle de Monitoramento (CCM). O transmissor gera sinais aos satélites que indicam sua localização precisa pelo sistema *GPS*. O *GPS* calcula constantemente a longitude, latitude e velocidade do portador do dispositivo. A partir desses cálculos, o CCM é alertado, caso o indivíduo monitorado adentre em uma “área de exclusão determinada pelo juiz” (Conte, 2010, p. 418).

Alguns autores apresentam, ainda, um sistema de monitoramento denominado de sistema de 3ª geração. O mecanismo combina a tecnologia GPS com a possibilidade do Centro de Controle de Monitoramento receber informações relacionadas a impulsos psíquicos, frequências de pulsações ou ritmos respiratórios do condenado para medir seus níveis de agressividade ou excitação sexual. Algumas versões desse sistema possuem, ainda, a capacidade de realizar intervenções corporais diretas no indivíduo monitorado por meio de “descargas elétricas programadas, que repercutem diretamente no sistema nervoso central, ou por meio da abertura de uma cápsula que lhe injeta um tranquilizante

ou outras substâncias (...)” (Río & Parente, 2006, p. 1091).

Os diferentes aparelhos para a imposição do controle à distância são: pulseiras, tornoeleiras, cintos, ou *microships* implantados no corpo humano (Conte, 2010, p. 418). Os EUA e a Inglaterra avaliam a possibilidade de utilização de *microships* subcutâneos, implantados por via cirúrgica no corpo do condenado. A medida cirúrgica encontra ressonâncias inclusive em projetos de leis no Brasil.

Implementação no Brasil e o cálculo econômico

A Paraíba foi o primeiro estado a implantar o sistema de monitoramento eletrônico no Brasil, mais de três anos antes da aprovação da lei federal que instituiu a medida. Na ocasião, o Juízo das Execuções Penais da Comarca de Guarabira testou o novo mecanismo em julho de 2007, por meio do projeto “Liberdade vigiada, sociedade protegida”, liderado pelo juiz Bruno Cezar Azevedo Isidro (Burri, 2011, p. 489). A experiência realizou-se mediante tecnologia nacional em seis detentos do regime fechado que se voluntariaram para utilizar a tornoeleira eletrônica.

O estado de São Paulo também implementou o monitoramento eletrônico de

presos antes da promulgação da lei federal. Em abril de 2008 foi sancionada pelo governador José Serra, a Lei estadual 12.906, disciplinando o instituto do monitoramento eletrônico no estado.

No Rio de Janeiro, um projeto de lei a respeito do tema também tramitou na Assembleia Legislativa, e foi sancionado no dia 3 de setembro de 2009, pelo governador Sérgio Cabral, tanto para presos que cumpram pena em regime semiaberto quanto para os que estiverem em regime aberto. A lei fluminense elencava, ainda, a possibilidade de utilização de chip subcutâneo para a efetivação do rastreamento.

O Rio Grande do Sul também implantou o seu sistema de “Monitoramento Remoto Georreferenciado” em 200 presos do regime aberto antes da lei federal ser sancionada (Amaral, 2010, p. 85).

No estado de Goiás, desde fevereiro de 2009, o monitoramento de presos por *GPS* vinha sendo testado pelo governo. Os testes duraram 30 dias, nos quais, inicialmente, 10 presos do regime semiaberto e aberto receberam o equipamento, cuja tecnologia era importada de Israel (Conte, 2010, p. 430).

Em âmbito nacional, em 2007, o Substitutivo Nº 175, da Câmara dos Deputados, cujo projeto de lei original é do senador Magno Malta (PR-ES) e que recebeu ane-

xos de projetos de lei similares de autoria dos deputados Ciro Pedrosa (PV-MG), Manato (PDT-ES), Edio Lopes (PMDB-RR), Beto Mansur (PP-SP), e do então senador Aloízio Mercadante (PT-SP) (Idem, p. 427), constitui-se uma das principais procedências jurídicas das atuais leis federais de regulamentação do monitoramento eletrônico (Lei 12.258/2010 e Lei 12.403/2011).

Segundo a justificação do substitutivo:

A prisão deixou de ser o controle perfeito. É ultrapassado porque ainda é estabelecido em espaço rígido. O limite territorial determinado pelo cárcere não é mais um aspecto positivo do controle penal, mas um inconveniente, haja vista que é insustentável para o Estado manter aprisionadas as inúmeras pessoas condenadas. Alguns países, a exemplo dos Estados Unidos, França e Portugal, já utilizam o monitoramento de condenado, exigindo-se o uso de pulseira ou tornozeleira eletrônica como forma de controle das pessoas submetidas ao regime aberto. Muitos argumentos favoráveis à utilização desse tipo de controle penal são trazidos à baila, tais como a melhora da inserção dos condenados, evitando-se a ruptura dos laços familiares e a perda do emprego, a luta contra a superpopulação carcerária e, além do mais, economia de recursos, visto que a chamada ‘pulseira eletrônica’ teria um custo de 22 euros por dia contra 63 euros por dia de detenção. *O controle eletrônico surge para superar as limitações das penitenciárias*, podendo ser universalizado. (...) Sala das Sessões,

Senador Magno Malta².

A finalidade do sistema seria, portanto, minimizar certos inconvenientes relativos ao cárcere, tais como “a impossibilidade de expansão rápida e custo muito elevado. Note-se que, para abrir uma vaga no sistema prisional, o Estado brasileiro gasta cerca de 14 mil reais, além de ser necessário em média mil reais mensais para a manutenção da pessoa no cárcere” (Damásio, 2005)³.

A relação econômica de custo-eficiência dessa forma é uma das principais preocupações do Estado brasileiro na constituição de novos mecanismos de segurança e controle da criminalidade.

A sociedade controlada pelos dispositivos de segurança, conforme analisou Foucault (2008), passa pela instrumentalização do saber econômico, operada pelo Estado, como estratégia de exercício do governo sobre a população. A prática governamental incorpora em sua própria racionalidade, a racionalização econômica, orientando-se política e juridicamente de acordo com cálculos de custo, risco, eficiência e utilidade.

Nessa gestão de riscos contrastada a cálculos de eficiência de medidas penais e políticas criminais, desenvolvem-se dispositivos de avaliação de impacto carcerário frente à expansão das práticas penais, como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Po-

lítico-Criminal, defendida pelo criminologista gaúcho Salo de Carvalho, que salienta a necessidade da realização de pesquisas que tragam consigo a previsão de encarceramentos futuros decorrentes da aplicação de qualquer projeto legislativo criminalizador, indicando as medidas políticas necessárias à sua implementação e demonstrando a origem dos recursos para a realização de tais medidas (Carvalho, 2008, pp. 8-10).

De maneira geral, a questão que se coloca será a de saber como, no fundo, manter um tipo de criminalidade (...) dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para um funcionamento social dado (Foucault, 2008b, p. 8).

A chamada “reabilitação” dos presos é inscrita, dessa forma, no marco do risco mais que no marco do “bem-estar”. Os ditos delinquentes deverão ser ‘tratados’ “apenas se isto servir para proteger o público ou, quem sabe, para reduzir o custo envolvido no castigo direto e simples” (Amaral, 2010, p. 87). A reabilitação, que na sociedade disciplinar primava pelos valores de ‘autodisciplina’ e adestramento de corpos produtivos e obedientes, desloca-se a um meio de manejar o risco, reduzir o perigo e intensificar a segurança pública. “O interesse primordial paira indeclinavelmente pelo ‘for-

talecimento eficiente do controle social” (Idem, p. 88).

Não está mais em jogo, portanto, como vislumbrou o sonho dos reformadores penais do século XVIII, a supressão exaustiva do crime. A anulação geral da criminalidade, finalidade perseguida pelo panoptismo, é ultrapassada, dessa maneira, por uma política penal que toma “por princípio regulador uma simples intervenção no mercado do crime e em relação à oferta do crime” (Foucault, 2008, pp. 349-350), lançando mão do dispositivo legal como mero mecanismo regulatório que estabelece contrapesos, interstícios, suplementos à demanda negativa do crime, mas que é efetivamente orientado pela racionalidade econômica (Foucault, 2008).

O dispositivo jurídico que institui o monitoramento georreferenciado de presos como modalidade de execução penal é parametrado por uma racionalidade econômica que submete tanto o sistema jurídico-político quanto os mecanismos normativo-disciplinares a uma aritmética de custo-eficiência.

Nesse sentido, em 2010, ainda antes da ratificação da lei que instituiu o monitoramento no país, o Conselho Nacional de Justiça lançou uma expressiva campanha nos jornais e redes de televisão pela modernização da justiça criminal brasileira, com o slogan: “A solução não é punir menos, é punir melhor”⁴. A campanha incentivava

ao sistema judiciário, além da utilização de tornozeleiras acopladas ao corpo de condenados e rastreadas via satélite e radiofrequência, a incrementação tecnológica dos equipamentos a serviço das corporações policiais, a ampliação da execução das chamadas penas alternativas como forma de se “punir melhor” e a realização de audiências, interrogatórios e inquirição de testemunhas por meio de videoconferências para se otimizar gastos e acelerar processos judiciais.

Os preceitos da chamada “nova penologia americana” orientam tais políticas, na medida em que estabelecem como objetivo a identificação e gestão da criminalidade e de determinadas populações, tidas como perigosas, e a maior eficácia dos sistemas judiciários e corporações policiais. Tendo em conta, como há muito se sabe, que a prisão é incapaz de recuperar ou “ressocializar”, “o que importa para esta racionalidade é a linguagem probabilística aplicada às populações construídas” (Oliveira, 2001, p. 174), fazendo com que a norma estatística se torne norma legal (Christie, 1997; Oliveira, 2001).

Dá-se, assim, a categorização generalizada e generalizante de indivíduos e populações, e o exame clínico, psicológico e moral, próprios ao processo de disciplinarização dos corpos na sociedade disciplinar cede espaço ao “gerenciamento e ao pensamento organizativo e matemático”, como

sinaliza Nils Christie (1997, p. 178), posto em prática por mecanismos de mapeamento do espaço urbano, identificação de áreas de vulnerabilidade, racionalização dos recursos empregados para prevenção e gestão do crime e maximização da eficiência dos sistemas penal e policial.

Como situa Edson Passetti,

a nova penologia veio nos anos 90 fazer reverberar uma filosofia de que a melhor forma de reduzir a criminalidade é pôr os criminosos atrás das grades. Mesmo não havendo correlação entre delitos cometidos e pessoas encarceradas, a justificativa se baseia simplesmente no crescimento necessário das prisões, tendo por base suas superlotações. O argumento chega até soar humanista, pleiteando a construção de prisões com celas individuais. E o é segundo a prática produtiva das transparências e vigilâncias contínuas, atendendo em duas frentes aos interesses da indústria do controle eletrônico: construção de prisões e diversificação de produtos de monitoramento para sentenciados em regimes de liberdade assistida e semiliberdade ou *probation*. (Passetti, 2002, pp. 15-16).

A campanha pela intensificação da aplicação de medidas em meio aberto traduz, por sua vez, aquilo que Foucault identificou como efeito de elasticidade da lei, próprio à governamentalidade neoliberal. A prisão é mantida como espaço disciplinar reservado aos chamados delin-

qüentes de alta periculosidade, e a difusão multiplicada de penas alternativas dilatam a enciclopédia de castigos formalizada pelo código penal. Expande-se, assim, a capacidade punitiva do Estado, agora em parceria com a sociedade civil organizada, pela entrada de ONGs, OSCIPs e Associações diversas na administração de medidas de semiliberdade e liberdade condicional, ou no próprio governo das prisões. Nessa *gestão compartilhada* da delinquência, o capital privado entra como importante parceiro oferecendo serviços penitenciários de limpeza e alimentação, empreiteiras dedicadas à construção de estabelecimentos prisionais e dispositivos tecnológicos de ponta voltados ao monitoramento à distância de indivíduos condenados pelo poder judiciário.

É o caso da Spacecom Monitoramentos, antiga empresa de segurança automotiva, vencedora do consórcio de licitação das tornozeleiras empregadas para tal uso no estado de São Paulo. Denominado de Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas (SAC24) e formado por um sistema completo de *hardware* e *software*, o equipamento foi concebido pela empresa em parceria com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O sistema possibilita a monitoração de condenados

em regime aberto e semiaberto, resultando, como consta no *site* da Spacecom, em “economia para o Estado e uma melhor possibilidade de reabilitação do indivíduo”⁵.

A potencialização das funções punitivas do Estado, que se concretiza por um código elástico e atua pelo compartilhamento da gestão de ilegalidades, responde também aos anseios da sociedade por programas de expansão do direito penal, nos quais toda e qualquer infração, por mais ínfima que seja, encontra um correspondente penal que deve ser aplicado de maneira rápida e eficiente.

Dá-se assim, um movimento de superação do regime disciplinar do *exame* pelo qual se identificavam os potenciais criminosos, e passa-se a considerar que todos somos infratores em potencial, já que se multiplica o rol de infrações atreladas a punições. O que não significa, no entanto, que haja uma distribuição igualitária da pena, considerando o caráter seletivo do direito penal que demarca um público alvo específico.

Orquestraram-se, portanto, os discursos em favor da instituição do controle telemático de presos no Brasil, afinado entre aqueles que pretendem expandir o controle penal e os que apresentam o dispositivo pelo viés humanitário, como possibilidade de desafogar o sistema prisional, reduzindo a superpopulação carcerária.

Contudo, o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), vinculado ao Ministério da Justiça, aponta que no ano de 2003, a população total de presos no sistema penitenciário nacional era de 303.304 indivíduos. Já em junho de 2011, aproximadamente um ano após a determinação judicial da utilização do monitoramento eletrônico, a quantidade de presos no país saltou para 513.802, deixando o Brasil com a 4ª maior população carcerária do planeta. Os números referentes à população carcerária nacional em dezembro de 2011 registram 514.580 presos, e os últimos dados, publicados em dezembro de 2012 apontam para um contingente de aproximadamente 548 mil pessoas encarceradas no país⁶. A quantidade absoluta de presos não cessou de crescer e a taxa de indivíduos trancados nas unidades prisionais brasileiras relativamente à população total do país apenas aumentou. Os anos que se seguiram à implantação do dispositivo não apresentaram recuo algum nos índices de encarceramento, contrariando a argumentação daqueles que pretendiam o monitoramento via satélite, localização georreferenciada e intercomunicação policial, como medida de desencarceramento.

Ao invés do suposto processo de substituição da prisão ao controle eletrô-

nico, o que se observa é uma relação de complementaridade entre as medidas de controle em meio aberto e o cárcere, e uma expansão das políticas punitivas, instrumentalizando polícias e governos a um controle generalizado da população.

Atualmente, as coleiras eletrônicas se deflagram e generalizam por meio de tornozeleiras presas às canelas de indivíduos tomados por delinquentes, chips subcutâneos implantados por via cirúrgica em detentos para as saídas temporárias ou ainda *smartphones* de primeira a quinta geração esgotados nas lojas de eletrônicos.

Notas

¹ *Bureau of Justice Statistics*. Disponível em: <http://www.bjs.gov> (Acesso em 15 de agosto de 2013).

² Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=51184&tp=1> (Acesso em maio de 2011).

³ *Revista espaço Acadêmico* 53, out. 2005. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. (Acesso em maio de 2011).

⁴ Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/videos-institucionais/20547-nao-e-punir-menos-e-punir-melhor> (Acesso em abril de 2013).

⁵ Disponível em: <http://www.spacecom.com.br/?s=mon> (consultado em maio de 2011).

⁶ Disponível em: <http://www.infopen.gov.br/> (consultado em abril de 2012).

Referências

- Amaral, Augusto Jobim do. (2010). Entre serpentes e toupeiras: a cultura do controle na contemporaneidade (ou sobre o caso do monitoramento eletrônico de presos no Brasil). *Revista jurídica*. Sapucaia do Sul: Notadez, Nº 396, pp. 83-107.
- Bottini, Pierpaolo Cruz. (2008). Aspectos pragmáticos e dogmáticos do monitoramento eletrônico. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 36, pp. 387-404.
- Brasil. Projeto de Lei nº 175 de 2007 do Senado Federal. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para alterar as regras do regime aberto e prever o rastreamento eletrônico de condenado. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/9655.pdf> (Acesso em 20 de março de 2013).
- Burri, Juliana. (2011). O monitoramento eletrônico e os direitos e garantias individuais. *Revista dos tribunais*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 100, v. 904, pp 475-493.
- Carvalho, Salo de. (2008). Em defesa da Lei de Responsabilidade Político-Criminal. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, ano 16, n. 193, p.08-10, dez.
- Christie, Nils. (1998). *A indústria do controle do crime: a caminho dos GULAGS em estilo ocidental*, tradução de Luís Leiria, Rio de Janeiro, Forense.
- Conte, Christiany Pegorari. (2010). Execução penal e o direito penal do futuro: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de presos. *Revista dos tribunais*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 99, v. 894, pp 401-441.
- Foucault, Michel. (2008). *Nascimento da biopolítica*, tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2008b). *Segurança, Território, População*, tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes.
- Lyttle, W. (1980). *Discussion of Tracking and its Background*. Artigo não publicado, apresentado na reunião

- de técnicos de Serviço Social em Kensington Town Hall, 19 de fevereiro.
- Nellis, Mike. (2011). O monitoramento eletrônico e a Supervisão de Delinquentes na Comunidade. *Repertório de jurisprudência IOB*. São Paulo: IOB, Nº 4, pp. 153-141.
- Nu-Sol. (2009). *Revista Verve*. São Paulo, Nu-Sol, n. 15.
- Oliveira, Salete. (2001). *Política e peste (Crueldade, Plano Beveridge e Abolicionismo Penal)*. Tese de Doutorado, PUC-SP, São Paulo.
- Passetti, Edson. (2002). Cartografia de violências. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 70.
- Río, Miguel Angel Iglesias; Parente, Juan Antonio Pérez. (2006). La pena de localización permanente y su seguimiento con medios de control electrónico. *Anuario de de derecho Constitucional Latinoamericano*. Montevideo: Konrad-Adenauer-Stiftung, pp. 1071-1107.
- Rodríguez-Magariños, Faustino Gudín. (2007). *Cárcel Electrónica: bases para la creación del sistema penitenciario del siglo XXI*, Valencia, Tirant lo Blanch.
-
- Sites**
- Bureau of Justice Statistics: <http://www.bjs.gov>
- Conselho Nacional de Justiça: <http://www.cnj.jus.br>
- Espaço Acadêmico: www.espacoacademico.com.br
- InfoPen: <http://www.infopen.gov.br/>
- Núcleo de Sociabilidade Libertária: <http://www.nu-sol.org/>
- Senado Federal: <http://www.senado.gov.br>
- Spacecom Monitoramentos: <http://www.spacecom.com.br>
-
- Recebido em: 23/09/2013 – Aceito em: 03/12/2013